

Política

8 DE JANEIRO

STF tem maioria para condenar 15



SEM 'SAIDINHA'

Em derrota do governo, projeto que extingue benefício a presos é aprovado no Senado

CAMILA TURTELLI
politic@globo.com.br
esquela

Novelta aos trabalhos após a folga do carnaval, o Senado impôs um novo revés ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, ao aprovar projeto que põe fim à chamada "saídnha" de presos em datas comemorativas. Foram 62 votos a favor do projeto e apenas dois contrários. O governo era contra a medida, que foi relatada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e incluiu emenda do senador Sérgio Moro (União-PR), dois dos principais adversários políticos do PT na Casa. O texto retorna agora à Câmara dos Deputados, onde deverá passar por nova votação.

Nos bastidores, o governo buscou, sem sucesso, estratégias para tentar barrar a proposta. No plenário, dois terços dos votos vieram de senadores que fazem parte da base governista (42), incluindo três do próprio PT. Os únicos votos contrários foram de Cid Gomes (PSB-CE) e Rogério Carvalho (PT-SE). O líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (ES), liberou a bancada do partido e defendeu que a medida fosse ainda mais restritiva do que propôs a oposição.

O Planalto ainda avalia a possibilidade de Lula vetar a medida caso o texto passe novamente pela Câmara. Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, porém, eventual veto ainda não foi discutido.

— A gente não trabalha com "se" nem com "caso". O governo e os líderes vão debater — disse Padilha, antes da aprovação no Senado.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) disse que não houve orientação de Lula sobre vetar o projeto.

O QUE MUDA NA LEI

Atualmente, a lei permite que presos que apresentarem bom comportamento no regime semiaberto deixem a prisão por um período de tempo determinado para visitar familiares nos feriados, participação em atividades que ajudem no retorno ao convívio social e frequentar cursos.

A proposta relatada por Flávio exclui as duas primeiras hipóteses. No Senado, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro acolheu uma emenda ao projeto apresentada por Moro que altera o texto para permitir que presos saiam para frequentar cursos supletivos profissionalizantes, do ensino médio ou superior. A emenda também define que essa permissão não inclua presos condenados por "crimes hediondo ou por crime praticado com violência ou grave ameaça a pessoa",

—O texto chegou em uma redação bastante razoável, no meu ponto de vista, e deve ir para a Câmara dos Deputados, onde a informação que eu tenho é que devem nautar o mais rápido possí-



Tramitação. Rodrigo Pacheco, ao centro, e o relator, Flávio Bolsonaro, à esquerda, que considerou o texto aprovado "razoável"; projeto retorna agora à Câmara, onde deverá passar por nova votação.

COMO SE POSICIONOU CADA PARLAMENTAR

Projeto que restringe a saída temporária teve apoio da base do governo Lula

[illegible]

SAÍDAS TEMPORÁRIAS  52.074 presos tive

PELO PAÍS

vel —disse o senador do PL. — do texto na semana anterior

Entre juristas, no entanto, há divergências sobre a abrangência do texto, caso seja considerada em lei. Gastava-se até pouco tempo com o Direito Constitucional na UFF, defendendo que, por se tratar de alteração na Lei de Execução Penal, o texto não poderia atingir todos os presos em regime semiaberto; já o inodoro no sistema penal, já já inserido no Direito Constitucional Acadêmico, não poderia ser tratado como uma questão no Código Penal, e, portanto, não teria caráter retroativo. Outro ponto que pesa contra a aplicação do texto é a possibilidade de fato de os textos serem prejudiciais aos detentos — a legislação penal brasileira prevê que o preso não pode exercer qualquer atividade remunerada.

O tema é uma bandeira de parlamentares de direita, que defendem uma política penal mais dura para evitar que condenados por crimes possam ser reintegrados à so-

— Uma parcela pequena não retorna, menos de 5%, mas esse fator gera uma sensação de descrença no sistema a médio e longo prazo, por parte da população — afirma Bacc. Segundo ele, os governos estaduais, dos 52.074 detentos que tiveram direito à saída no país em 2023, 2.653 não retornaram (5,1% do total).

Na época, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que o Congresso precisava alterar a lei que trata das "saindinhas".

Na X (antigo Twitter), Pacheco escreveu que o crime cometido era "de gravidade acentuada e gerou a todos grande perplexidade e tristeza não voltam e que cometem crimes e incide no ilícito novamente, isso gera uma defasagem na crença da aplicação da pena pela Justiça."

Ela ainda citou outros casos de violência contra policiais e disse que a situação pedia uma reação do Congresso, que segundo ele, deve promover mudanças na lei

O projeto tramita no Congresso há 14 anos e foi aprovado pela Câmara em 2022. O Senado aprovou a urgência

do texto na semana anterior ao carnaval, em uma votação simbólica (quando não há a contagem de votos individuais) que durou 48 segundos.

— O Senado dá uma bela resposta à sociedade em mostrar que não estamos ausentes do debate, que não vamos nos omitir em discutir a segurança pública — disse Moro.

RESSOCIALIZAÇÃO
Criminalistas, contudo, criticam o projeto e afirmam que a medida é ineficiente. O doutor em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), Rubens Beçak, diz que a efetividade das "saindinhas" é uma unanimidade para profissionais e estudiosos do direito penal e criminal. Beçak diz que o benefício serve como

que o benefício serve como um incentivo para o bom comportamento de detentos e que a taxa de fugas é consideravelmente baixa. Segundo dados compilados pelo g1 com base em informações cedidas pelos

— Uma parcela pequena não retorna, menos de 5%, mas esse fator gera uma sensação de descrença no sistema a médio e longo prazo, por parte da população — afirma Bocak, para quem es-

afirma Beçak, para quem essa sensação leva a população a desacreditar da aplicação de penas no sistema prisional brasileiro. — Se a população tem uma sensação de que uma parcela desses presos

não voltam e que cometem crimes e incide no ilícito novamente, isso gera uma defasagem na crença da aplicação da pena pela justiça.

Para o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Defesa da Cidadania — que reúne o Ministério Público Federal, defensorias e entidades — o projeto é "flagrante"

des — o projeto é manifestamente inconstitucional” e as saídas são importantes para ressocialização. (Colaborou Julia Noia)